

Junta metropolitana teme que Leixões seja a próxima vítima do centralismo

Desapontados com a concessão dos aeroportos nacionais, críticos de um eventual desinvestimento na RTP-Porto, autarcas querem garantir que verbas previstas para Leixões não vão ser gastas noutra lado

Grande Porto
Abel Coentrão

O presidente da Câmara de Matosinhos já tinha lançado o aviso à navegação, num comunicado que divulgou esta semana, e a Junta Metropolitana do Porto (JMP) agarrou o assunto, que nem constava da agenda da reunião de ontem. Os autarcas do Grande Porto querem reunir-se com a administração da APDL (Administração dos Portos do Douro e Leixões) para perceberem que riscos existem de o accionista, o Estado, desviar os ganhos resultantes do excelente desempenho de Leixões para "tapar buracos noutra lado", como disse o presidente da JMP, Rui Rio. Que, com os outros presidentes de câmara da região, quer garantir que não serão postos em causa os planos de expansão desta infra-estrutura essencial para a economia nortenha.

A entrada do assunto na agenda é fácil de explicar, tendo em conta os outros pontos que ontem foram analisados pelos autarcas e que tocam, todos eles, nesta questão: a de uma visão alegadamente centralista do país patente num conjunto de decisões, recentes ou previstas, do Governo. Foi, para a JMP, o que se passou com o contrato de concessão dos aeroportos nacionais à ANA-Aerportos de Portugal, empresa que nos próximos dias deverá conhecer um novo dono, privado. A JMP analisou o contrato de concessão, com o apoio de dois docentes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, e, segundo Rio, há poucas razões para acreditar que o texto defenda o papel estruturante do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (AFSC) na economia regional.

"A apreciação global da JMP é negativa, não pode ser positiva. No entanto, reconhecemos que há um ou outro ponto positivo que poderão ser mais ou menos positivos consoante o andamento próximo". "É inequívoco que isto podia ter sido feito de maneira completamente diferente", disse Rio.

Ainda que o contrato preveja que, na próxima década, as taxas aeroportuárias praticadas no AFSC venham a baixar ligeiramente ano após ano – para competir com os aeroportos galegos –, o facto de o Governo não ter aceite outras duas propostas da JMP preocupa os autarcas. A Junta



Junta quer manter boas relações com o futuro responsável pela gestão do Aeroporto Sá Carneiro

"A apreciação global da JMP [sobre a privatização da ANA] é negativa, não pode ser positiva". "É inequívoco que isto podia ter sido feito de maneira completamente diferente"

Rui Rio
Presidente da Junta Metropolitana do Porto e da Câmara Municipal do Porto



queria que o novo dono da ANA pagasse, pelo AFSC, uma renda negativa, ou seja, tanto mais baixa quanto mais elevado fosse o número de passageiros movimentados. E esperava a criação de um conselho consultivo, no qual tivessem assento forças vivas da região. Sem estes instrumentos, a JMP vira-se agora para os estatutos do regulador do sector, o INAC, e quer manter boas relações com o futuro dono da ANA, para, dentro dos limites do contrato e dos interesses do novo accionista, tentar defender os interesses da região.

Rui Rio explicou que será importante garantir que a realização dos estudos de procura que apoiarão futuras decisões de investimento na rede de aeroportos não fique, como até agora, nas mãos da ANA, para evitar que esta seja tentada a distorcer os dados em favor de determinada infra-estrutura. Por isso, os autarcas querem que seja o INAC a realizar o trabalho prospectivo que influenciará a expansão do AFSC, que, segundo os académicos Rui Henrique Alves e Pedro Gil, poderá chegar aos dez milhões de passageiros/ano (hoje tem seis milhões) em 2020. O que deveria, segundo o *masterplan* do Sá Carneiro – instrumento de 2006, já

desatualizado, notam os académicos –, levar o futuro dono da ANA a saltar uma das fases de expansão, para antecipar obras que preparassem o AFSC para os 11 a 12 milhões de passageiros anuais.

Os autarcas, notou Rio, não estão completamente satisfeitos com cláusulas aparentemente favoráveis, como a que abre a porta à subconcessão de aeroportos. É isto, porque tal iniciativa terá de partir do novo dono da ANA e de ser aceite pelo Estado. "No que tínhamos a fazer até aqui, chegámos ao fim da linha", assumiu o autarca, prometendo, contudo, que a JMP ficará atenta à situação. Ainda que não tenha qualquer competência na matéria.

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião da JMP, Rui Rio também se queixou do projecto governamental de reorganização da promoção turística. "Na prática", assinalou, acaba com a Associação de Turismo de Lisboa e com a Associação de Turismo do Porto, por subfinanciamento. Rio está a articular com António Costa, de Lisboa, uma posição crítica sobre esta mudança, que, diz pôr em causa a promoção das marcas Porto, Douro e Lisboa, diluindo-a nas novas entidades regionais.

Praça da Alegria

Junta quer reunião com Alberto da Ponte

Os últimos dias foram férteis em assuntos que acabaram por não entrar na agenda da última reunião de 2012 da Junta Metropolitana do Porto. Segundo a Lusa, a JMP viu o Tribunal de Justiça da União Europeia dar razão ao Governo português na querela sobre a alegada transferência para Lisboa de fundos comunitários de três regiões pobres – Norte, Centro e Alentejo – que os autarcas do Grande Porto contestavam. E, na terça-feira, soube-se que a administração da Casa da Música se demitia contra o anúncio de um corte de 30% no financiamento estatal previsto para 2013. Só houve tempo para analisar um outro assunto, a RTP. Os autarcas reagiram com grande preocupação à possibilidade da transferência para Lisboa do programa *Praça da Alegria*. Quer pelo que isso possa significar de menorização da produção na RTP-Porto, quer por afastar este espaço de visibilidade mediática das pessoas e instituições do Norte. Rui Rio considerou que, no cumprimento do serviço público, a administração da RTP dificilmente conseguirá justificar esta decisão, ainda que haja ganhos, mínimos, na opção ponderada. "A RTP não é uma fábrica, não é uma empresa normal", disse Rio, explicando que a JMP se quer reunir com a equipa de Alberto da Ponte, na RTP-Porto, para o tentar demover. Se não conseguirem, os autarcas esperam que entre em cena "o Governo nacional e não um Governo regional da capital", para evitar uma "irracionalidade". "É triste olhar para Portugal e ver o país ser governado assim. Era tão fácil fazer melhor" desabafou Rio, falando, por momentos, a título pessoal.